



**COOPERZEM**  
DISTRIBUIÇÃO

# **RELATÓRIO ANUAL**

# **2018**



**COOPERZEM**  
DISTRIBUIÇÃO

## 1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



## Relatório da Administração

Senhoras e Senhores,

Apresentamos, a seguir, relatório das principais atividades realizadas no exercício de 2018, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica – COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO para a sociedade, parceiros e consumidores.

A COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO atua no segmento de distribuição e comercialização de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 57 anos de existência.

A meta da administração continua sendo buscar incessantemente melhores condições sociais e de fornecimento ao grupo de associados e consumidores de sua área de atuação.

## Comportamento do Mercado

As redes de distribuição de energia elétrica da COOPERZEM atendem os municípios de Armazém, São Martinho e São Bonifácio em 100% das residências.

### **Energia Distribuída**

A distribuição de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa em 2018 foi de 48,389 MWh contra 40,895 MWh em 2017, demonstrando um crescimento médio de 18,32%.

Consumo por classe - em MWh			
Classe	2018	2017	%
Residencial	10,950	9,792	11,83%
Rural	15,628	13,150	18,84%
Comercial	4,358	3,822	14,02%
Industrial	14,161	11,482	23,33%
Poderes Públicos	0,813	0,745	9,13%
Outros	2,479	1,904	30,20%
<b>Total</b>	<b>48,389</b>	<b>40,895</b>	<b>18,32%</b>

### **Número de consumidores**

O número de consumidores com faturamento no encerramento do exercício de 2018 apresentou um crescimento médio de 2.18%, quando comparado com o número de consumidores no encerramento do exercício anterior.

Classe	Número de Consumidores		Variação
	2018	2017	%
Residencial	4.542	4.403	3,16%
Industrial	175	176	-0,57%
Comercial	523	507	3,16%
Rural	2.669	2.652	0,64%
Poderes Públicos	99	101	-1,98%
Iluminação Pública	5	4	25,00%
Serviço Público	15	14	7,14%
<b>Total</b>	<b>8.028</b>	<b>7.857</b>	<b>2,18%</b>

### **Tarifas**

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica praticada em dezembro de 2018, atingiu foi de R\$ 460,20, representando 4,48% abaixo da tarifa média praticada em dezembro de 2017.



Tarifa média de Fornecimento			
Classe	R\$/Mwh		Variação %
	2018	2017	
Residencial	523,80	555,72	-5,74%
Industrial	523,80	555,72	-5,74%
Comercial	523,80	555,72	-5,74%
Rural	366,66	389,28	-5,81%
Poderes Públicos	523,80	555,72	-5,74%
Iluminação Pública	314,28	287,81	9,20%
Serviço Público	445,23	472,36	-5,74%
<b>Média</b>	<b>460,20</b>	<b>481,76</b>	<b>-4,48%</b>

### Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício de 2018, líquida de ICMS, PIS e COFINS foi de R\$ 22.197 mil, superando em 13,54% a receita apurada em 2017, com total de R\$ 19.550 mil.

Em milhares de reais

Descrição das Receitas por Classe de Consumidor			
1 - Receita Bruta			
Classe	2017	2016	Variação %
Residencial	7.385	6.702	10,19%
Industrial	9.721	8.146	19,33%
Comercial	3.207	2.887	11,07%
Rural	7.007	6.097	14,93%
Poder Público	553	512	8,10%
Iluminação Pública	740	657	12,58%
Serviço Público	167	153	8,85%
<b>Soma</b>	<b>28.779</b>	<b>25.154</b>	<b>14,41%</b>
<b>2 - (-) ICMS/PIS/COFINS</b>	<b>-6.582</b>	<b>-5.604</b>	<b>17,45%</b>
<b>3 - (=) Receita com Energia (1-2)</b>	<b>22.197</b>	<b>19.550</b>	<b>13,54%</b>

### Desempenho Econômico e Financeiro

Em 2018, o resultado líquido do serviço, que é o resultado líquido antes dos efeitos financeiros, do resultado não operacional e dos tributos, foi de R\$ 3.136.148,77. A receita operacional líquida foi de R\$ 22.787.008,90, indicando margem líquida de 13,76%.





**COOPERZEM**  
DISTRIBUIÇÃO

### **Investimentos Realizados**

No exercício de 2018 foram realizados importantes investimentos na manutenção e melhoria do sistema de distribuição. Em termos globais a cooperativa realizou gastos com operação e manutenção das redes de distribuição no valor total de R\$ 4.640 mil.

Os investimentos em melhorias e ampliação de redes de distribuição de energia elétrica foram de R\$ 968 mil.

Foram instalados 35 novos transformadores, sendo:

- No município de Armazém – 11 transformadores.
- No município de São Martinho – 10 transformadores.
- No município de São Bonifácio – 14 transformadores.

### **Da Permissão para Distribuir Energia Elétrica – Regularização Junto a ANEEL**

A cooperativa encontra-se devidamente enquadrada como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, atendendo ao processo administrativo de regularização de cooperativas de eletrificação rural, instituído através da Resolução ANEEL 333/99, atualizada pela Resolução ANEEL 012/2002.

Em 17 de dezembro de 2017 a ANEEL emitiu uma nota técnica (Nota Técnica nº 375/2017-SGT/SCT/ANEEL) definindo, entre outros aspectos, os valores das tarifas iniciais da cooperativa como permissionária. Os termos da nota técnica foram submetidos à audiência pública (AP nº 079/2017) e o resultado da análise das contribuições foi apresentado à referida audiência pública e seus efeitos sobre a definição da tarifa inicial.

A conclusão do processo de enquadramento da cooperativa realizou-se no exercício de 2018 com a assinatura do contrato de permissão em 26 de outubro de 2018. De acordo com a Cláusula Sexta do Contrato de Permissão o prazo da permissão é de trinta anos, contados da sua assinatura, portanto previsto para se encerrar em 25 de outubro de 2048.

As tarifas iniciais foram homologadas através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.489 de 27 de novembro de 2018 com vigência para o período de 1º de dezembro de 2018 a 29 de setembro de 2019.

O detalhamento do cálculo das tarifas está descrito na Nota Técnica nº 244/2018 – SGT/ANEEL emitida em 09 de novembro de 2018.

De acordo como a Subcláusula Primeira da Cláusula Décima Quinta do Contrato de



permissão, a contabilidade terá doze meses de prazo para adequação aos normativos da ANEEL.

O contexto regulamentado poderá alterar o processo operacional e administrativo em curso na cooperativa, com reflexos não previstos ou não avaliados adequadamente, inclusive retroativos, podendo afetar a posição econômica e financeira atualmente apresentada.

### **Excesso de Passivos de Curto Prazo**

A cooperativa apresenta excesso de passivos de curto prazo, necessitando de novos aportes de recursos ou alongamento dos prazos de suas obrigações junto ao seu principal fornecedor CELESC Distribuição S/A, decorrente de faturas de fornecimento de energia elétrica vencidas não liquidadas.

A administração da cooperativa vem buscando uma solução para o alongamento das referidas obrigações, sobretudo a renegociação de parcelamento das faturas de fornecimento de energia elétrica.

As dívidas junto a CELESC Distribuição S/A encontram-se em processo de cobrança judicial, sendo parte na fase de execução totalizando R\$ 14 milhões.

Em face da eleição para os membros do conselho de administração e fiscal em 31 de março de 2019, caberá à nova diretoria dar segmento às negociações junto a CELESC Distribuição S/A ou adotar outras medidas para o saneamento do excesso de passivos de curto prazo representado pela dívida mencionada.



## Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Cooperativa. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

De modo particular fazemos memória ao Sr. Blasius Francisco Lehmkuhl que presidiu a cooperativa até 05 de novembro de 2018, quando se licenciou para tratamento de saúde, retornando no dia 24 de janeiro de 2019, para então renunciar ao cargo de Presidente, visto que seu estado de saúde permanecia frágil, vindo a falecer no dia 10 de março de 2019, para a tristeza de seus parentes e amigos. “Feliz serás e sábio terás sido se a morte, quando vier, não te puder tirar senão a vida.” – Francisco de Quevedo

Armazém 31 de Dezembro de 2018.



Klaus Jorg Christoph Stortz  
Presidente





## DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Klaus Jorg Christoph Stortz  
Presidente

Marcelino Gabriel Heerd  
Vice-Presidente

Evani Lole  
Secretário

## CONSELHO ADMINISTRATIVO

Efetivos:

Antônio Guisi Ceolin  
José de Oliveira Darella  
Senesio Laurindo  
Cristiano Moreira Filho  
Anderson Davi Peters  
Patricio Pereira Laurindo

Suplentes:

Altamiro dos Santos Medeiros  
Rodolfo Felipe Weber  
Guido Ottersbach  
Everaldo Berkenbrock  
Fabio Mai

## CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Cleyton Sehnen  
Renato Paulo Weber  
Andressa Vieira Machado da Silva

Suplentes:

Juarez Nazário Cardoso  
Adilceia Martins Pedro Nunes

## DELEGADOS JUNTO A FECOERUSC

Dionisio Effting  
João Heidemann  
Areo Lemonje  
Nildo Schug



**COOPERZEM**  
DISTRIBUIÇÃO

## 2- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS



**COOPERZEM**  
DISTRIBUIÇÃO

**Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro**

**Balanco Patrimonial**

(Valores expressos em reais)

<b>ATIVO</b>	<b>NE</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>		<b>8.194.106,20</b>	<b>6.417.354,00</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	733.216,94	1.665.533,25
Consumidores	6	5.129.440,63	3.647.159,69
<b>Impostos e Contribuições Sociais</b>	<b>7</b>	<b>1.191.634,91</b>	<b>573.099,99</b>
Estoques	8	81.658,40	62.073,25
Despesas Pagas Antecipadamente	9	5.091,43	3.784,72
Outros Créditos	10	1.053.063,89	465.703,10
<b>Não Circulante</b>		<b>25.029.675,83</b>	<b>25.280.746,58</b>
Realizável a Longo Prazo		14.361.369,97	14.779.051,34
<b>Impostos e Contribuições Sociais</b>	<b>7</b>	<b>27.302,83</b>	<b>31.110,92</b>
Outros Créditos	10	14.334.067,14	14.747.940,42
Investimento	11	14.236,77	13.986,77
Imobilizado	12	10.654.069,09	10.487.708,47
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>33.223.782,03</b>	<b>31.698.100,58</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>NE</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>		<b>21.458.784,63</b>	<b>19.114.332,33</b>
Fornecedores	13	16.822.559,31	16.920.622,51
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	14	651.006,23	471.363,04
Empréstimos e Financiamentos	15	687.761,39	704.405,18
<b>Impostos e Contribuições Sociais</b>	<b>7</b>	<b>1.639.327,88</b>	<b>928.306,37</b>
Outras Contas a Pagar	16	1.658.129,82	89.635,23
<b>Não Circulante</b>		<b>1.507.449,31</b>	<b>1.378.094,86</b>
Empréstimos e Financiamentos	15	391.518,13	359.830,38
<b>Impostos e Contribuições Sociais</b>	<b>7</b>	<b>960.148,42</b>	<b>984.139,69</b>
Outras Obrigações	16	155.782,76	34.124,79
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>18</b>	<b>10.257.548,09</b>	<b>11.205.673,39</b>
Capital Social		247.695,71	247.533,44
Reservas de Sobras		8.410.614,34	6.873.703,61
Reserva Legal		1.466.869,41	1.198.462,67
RATES		2.119.464,15	1.618.960,03
Reserva de Manut. Ampliação e Melhoria		4.824.280,78	4.056.280,91
Sobras ou Perdas a Disposição da AG		1.599.238,04	4.084.436,34
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>33.223.782,03</b>	<b>31.698.100,58</b>

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro**  
**Demonstração de Sobras e Perdas do Exercício**  
 (Valores expressos em reais)

	NE	2018	2017
<b>Ingresso e Receita Operacional</b>		<b>29.373.532,18</b>	<b>25.379.824,54</b>
Fornecimento de Energia Elétrica		28.830.361,34	25.152.734,49
Outros Ingressos e Receitas Operacionais		543.170,84	227.090,05
<b>(-) Deduções de Ingresso e Receita Operacional</b>		<b>6.586.523,28</b>	<b>5.604.353,77</b>
Tributos Sobre e Receitas		6.582.434,86	5.604.353,77
Encargos Setoriais		4.088,42	-
<b>(=) Ingresso e Receita Operacional Líquida</b>		<b>22.787.008,90</b>	<b>19.775.470,77</b>
<b>(-) Dispêndio e Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>		<b>17.539.801,56</b>	<b>16.750.460,82</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda		12.899.753,60	11.811.795,90
Dispêndio e Custo de Operação	19	4.640.047,96	4.938.664,92
<b>(=) Resultado Operacional Bruto</b>		<b>5.247.207,34</b>	<b>3.025.009,95</b>
<b>(-) Dispêndios e Despesas Operacionais</b>		<b>1.876.237,96</b>	<b>2.036.364,29</b>
Dispêndios e Despesas Com Vendas	-	43.743,13	84.559,47
Dispêndios e Despesas Gerais e Administrativas	19	2.092.799,93	2.070.417,45
Pessoal e Administradores		964.962,22	893.376,47
Material		50.202,33	53.307,49
Serviços de Terceiros		699.560,08	742.020,15
Depreciações		19.466,50	19.551,60
Arrendamentos e Aluguéis		120.000,00	120.349,70
Tributos		5.504,12	28.218,75
Outras Despesas		233.104,68	213.593,29
Outras (Ingressos/Receitas) Dispêndios/Despesas, líquidas	20	172.818,84	50.506,31
<b>(=) Resultado do Serviço</b>		<b>3.370.969,38</b>	<b>988.645,66</b>
<b>(+) Ingressos e Receitas (Dispêndios e Despesas) Financeiras</b>		<b>41.084,37</b>	<b>272.514,07</b>
Rendas de Aplicações Financeiras		19.483,42	54.189,78
Outros Ingressos e Receitas Financeiras		303.201,06	258.213,20
Outros Dispêndios e Despesas Financeiras	-	363.768,85	584.917,05
<b>(=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL</b>		<b>3.329.885,01</b>	<b>716.131,59</b>
(-) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	21	136.100,18	43.219,40
(-) Contribuição Social s/Lucro Líquido - CSLL	21	57.636,06	21.198,98
<b>(=) Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>3.136.148,77</b>	<b>651.713,21</b>

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**COOPERZEM**  
DISTRIBUIÇÃO

**Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro**  
**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
(Valores expressos em reais)

Mutações	Reservas de Sobras				Sobras	Totais
	Capital Social	Reserva Legal	RATES	Reserva de Manut. Ampl. e Melhoria	ou Perdas Acumuladas	
Saldo em 31/12/2016	246.436,44	1.161.827,24	1.398.112,94	7.432.414,48	317.072,08	10.555.863,18
<b>Aumento de Capital:</b>						
- Por Integralização de Quotas	1.097,00	-	-	-	-	1.097,00
Destinação do Resultado - AG	-	-	-	317.072,08	- 317.072,08	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	648.713,21	648.713,21
<b>Reversão de Reservas</b>						
- Conforme Estatuto Social	-	-	- 79.829,51	- 321.429,67	401.259,18	-
- Conforme Assembleia Geral	-	-	-	- 3.500.000,00	3.500.000,00	-
Destinações Estatutárias	-	36.635,43	300.676,60	128.224,02	- 465.536,05	-
Saldo em 31/12/2017	247.533,44	1.198.462,67	1.618.960,03	4.056.280,91	4.084.436,34	11.205.673,39
<b>Aumento de Capital:</b>						
- Por Integralização de Quotas	162,27	-	-	-	-	162,27
Destinação do Resultado - AG	-	-	-	-	- 4.084.436,34	- 4.084.436,34
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	3.136.148,77	3.136.148,77
<b>Reversão de Reservas</b>						
- Conforme Estatuto Social	-	-	- 85.780,62	- 171.423,72	257.204,34	-
Destinações Estatutárias	-	268.406,74	586.284,74	939.423,59	- 1.794.115,07	-
Saldo em 31/12/2018	247.695,71	1.466.869,41	2.119.464,15	4.824.280,78	1.599.238,04	10.257.548,09

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**COOPERZEM**  
DISTRIBUIÇÃO

**Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro**

**Demonstração do Fluxo de Caixa**

(Valores expressos em reais)

	NE	2018	2017
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Sobra Líquida do Exercício</b>		<b>3.136.148,77</b>	<b>648.713,21</b>
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:		757.948,65	432.647,57
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	43.743,13	84.559,47
Depreciação e Amortização		683.847,55	646.924,19
Baixas do Imobilizado em Serviço		117.844,23	457.393,79
Provisões no Passivo Não Circulante		-	587.110,94
<b>Variações no Ativo</b>		<b>- 2.247.644,01</b>	<b>- 5.619.432,67</b>
Consumidores	-	1.438.537,81	461.645,63
Impostos e Contribuições Sociais	-	614.726,83	151.086,04
Outros Créditos	-	587.360,79	230.216,27
Estoque	-	19.585,15	25.649,04
Pagamentos Antecipados	-	1.306,71	14.553,74
Outros Realizáveis		413.873,28	5.118.859,59
<b>Variações no Passivo</b>		<b>2.458.762,79</b>	<b>7.888.446,76</b>
Fornecedores	-	98.063,20	6.546.546,80
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas		179.643,19	28.810,64
Impostos e Contribuições Sociais		687.030,24	1.314.618,29
Outras Contas a Pagar		1.690.152,56	56.092,31
<b>Total das Atividades Operacionais</b>		<b>4.105.216,20</b>	<b>3.350.374,87</b>
<b>Atividades de Investimento</b>			
Participações Societárias – Cooperativa de Crédito	-	250,00	400,00
Aplicações no Imobilizado - Obras de Distribuição	-	968.052,40	1.333.676,19
<b>Total das Atividades de Investimento</b>		<b>- 968.302,40</b>	<b>- 1.334.076,19</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Empréstimos e Financiamentos		15.043,96	1.340.529,35
Aumentos de Capital		162,27	1.097,00
Distribuição de Sobras	-	4.084.436,34	-
<b>Total das Atividades de Financiamento</b>		<b>- 4.069.230,11</b>	<b>- 1.339.432,35</b>
<b>Total dos Efeitos no Caixa (1 - 2 + 3)</b>		<b>- 932.316,31</b>	<b>676.866,33</b>
Saldo Inicial de Caixa		1.665.533,25	988.666,42
Saldo Final de Caixa		733.216,94	1.665.533,25
<b>Variação no Caixa</b>		<b>- 932.316,31</b>	<b>676.866,83</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**COOPERZEM**  
DISTRIBUIÇÃO

**NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

(Valores em Reais)

**1. Contexto Operacional**

A Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica – COOPERZÉM DISTRIBUIÇÃO é uma sociedade cooperativa do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB tendo como objetivo a distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade instaladas nos municípios de São Martinho, São Bonifácio e Armazém no estado de Santa Catarina. Para fins fiscais e tributários a COOPERZÉM DISTRIBUIÇÃO está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2018, a COOPERZÉM DISTRIBUIÇÃO realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de suas instalações de produção e distribuição, de acordo com seu objeto social.

**2. Da Permissão – Regularização Junto a ANEEL**

A cooperativa encontra-se devidamente enquadrada como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, atendendo ao processo administrativo de regularização de cooperativas de eletrificação rural, instituído através da Resolução ANEEL 333/99, atualizada pela Resolução ANEEL 012/2002.

Em 17 de dezembro de 2017 a ANEEL emitiu uma nota técnica (Nota Técnica nº 375/2017-SGT/SCT/ANEEL) definindo, entre outros aspectos, os valores das tarifas iniciais da cooperativa como permissionária. Os termos da nota técnica foram submetidos à audiência pública (AP nº 079/2017) e o resultado da análise das contribuições foi apresentado à referida audiência pública e seus efeitos sobre a definição da tarifa inicial.

A conclusão do processo de enquadramento da cooperativa realizou-se no exercício de 2018 com a assinatura do contrato de permissão em 26 de outubro de 2018. De acordo com a Cláusula Sexta do Contrato de Permissão o prazo da permissão é de trinta anos, contados da sua assinatura, portanto previsto para se encerrar em 25 de outubro de 2048.

As tarifas iniciais foram homologadas através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.489 de 27 de novembro de 2018 com vigência para o período de 1º de dezembro de 2018 a 29 de setembro de 2019.

O detalhamento do cálculo das tarifas está descrito na Nota Técnica nº 244/2018 – SGT/ANEEL emitida em 09 de novembro de 2018.



## **COOPERZEM** DISTRIBUIÇÃO

De acordo como a Subcláusula Primeira da Cláusula Décima Quinta do Contrato de permissão, a contabilidade terá doze meses de prazo para adequação aos normativos da ANEEL.

O contexto regulamentado poderá alterar o processo operacional e administrativo em curso na cooperativa, com reflexos não previstos ou não avaliados adequadamente, inclusive retroativos, podendo afetar a posição econômica e financeira atualmente apresentada.

### **3. Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/1976 – lei das sociedades por ações, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades. Tomou-se também como base as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estão ainda de acordo com a Lei 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativa e premissas que afetem os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

### **4. Principais Práticas Contábeis**

#### **4.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários a vista e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

#### **4.2. Consumidores**

Engloba o fornecimento de energia faturada até 31 de dezembro, contabilizado com base no regime de competência.

#### **4.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Está reconhecido em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de créditos, após criteriosa análise das contas a receber.

#### **4.4. Estoque**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, igualmente registrado pelo custo médio.





## COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO

### 4.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNEEL nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL nº 15 de 24 de dezembro de 1997, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 367 de 26 de junho de 2009.

### 4.6. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

### 4.7. Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

### 4.8. Tributação de receitas, ganhos e resultados

Os tributos incidentes sobre receitas, ganhos e resultados foram calculados com base na legislação vigente, considerando as características próprias das sociedades cooperativas. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social foi apurada sobre o lucro obtido nas operações com não associados conforme, demonstrado na nota 21.

## 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Contas	Tipo de Aplicação	2018	2017
<b>Caixa e Bancos</b>		<b>291.876,87</b>	<b>1.103.804,91</b>
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>		<b>441.340,07</b>	<b>561.728,34</b>
Banco do Brasil S/A	BB Renda Fixa LP 100	280.137,93	480.932,58
Banco Bradesco S/A	Invest Fácil Bradesco	100.020,68	79.903,20
Caixa Econômica Federal	Caixa Fic Giro RF RefDI L	61.181,46	892,56
		<b>733.216,94</b>	<b>1.665.533,25</b>

## 6. Consumidores

Composição das contas a receber em 31 de dezembro, representada por consumidores faturados:

	Vincendos	Vencidos		Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	Total	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias		2018	2017
Residencial	931.825,76	82.622,54	192.736,03	164.241,80	1.042.942,53	905.398,10
Industrial	1.300.251,08	376.657,76	619.411,75	482.605,63	1.813.714,96	1.435.661,57
Comercial	398.798,73	116.247,54	72.547,04	48.539,84	539.053,46	410.270,59
Rural	668.525,95	96.133,65	60.782,70	45.050,07	980.392,24	790.632,31
Poder Público	74.550,96	68,12	5.712,25	5.415,56	74.915,77	38.175,14
Iluminação Pública	139.263,69	1.101,88	993,22	-	141.358,79	40.713,89
Serviço Público	12.889,78	-	132,18	132,18	12.889,78	14.287,65
Renda Não Faturada	473.564,95	-	-	-	473.564,95	-
Outros	73.559,80	668,88	843,25	24.463,78	50.608,15	12.020,44
<b>Total</b>	<b>4.273.230,71</b>	<b>673.500,37</b>	<b>953.158,41</b>	<b>770.448,86</b>	<b>5.129.440,63</b>	<b>3.647.159,69</b>

*[Handwritten signature]*



## COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO

### 6.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Após análise das contas a receber vencidas, a administração considerou os valores como suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

Os critérios utilizados na apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa referem-se aos parâmetros recomendados pela ANEEL e abrangeram os créditos por fornecimento de energia elétrica a prazo e outros valores a receber.

### 7. Impostos e Contribuições Sociais

	2018	2017
<b>a) Ativo Circulante</b>		
ICMS à Recuperar	1.015.194,06	417.908,23
Contribuições Sociais na Fonte	939,28	1.046,25
Imposto de Renda Retido na Fonte	3.707,15	10.816,22
Pis Retido na Fonte	-	61,19
Cofins Retido na Fonte	-	282,52
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Estimativa	120.882,75	100.857,90
Contrib. Social s/Lucro Liq - Estimativa	50.911,67	42.127,68
	<b>1.191.634,91</b>	<b>573.099,99</b>
<b>b) Ativo Não Circulante</b>		
ICMS a Recuperar	27.302,83	31.110,92
<b>c) Passivo Circulante</b>		
ICMS a Recolher	1.087.086,40	501.630,38
IRRF a Recolher	85,67	135,00
IRPJ a Recolher	136.100,18	43.219,40
INSS a Pagar	112.106,55	58.513,36
FGTS a Pagar	22.999,22	21.437,50
PIS Folha de Pagamentos	2.983,53	2.642,94
CSLL a Pagar	57.636,06	24.198,98
PIS Faturamento a Pagar	7.937,90	-
COFINS Faturamento a Pagar	36.636,40	-
Contribuições Sociais na Fonte	232,51	418,50
ICMS - Parcelamento	102.300,10	217.311,39
Pert - PIS/COFINS	58.798,92	58.798,92
ISS Retido na Fonte	14.424,44	-
	<b>1.639.327,88</b>	<b>928.306,37</b>
<b>d) Passivo Não Circulante</b>		
ICMS - Parcelamento	301.133,34	270.553,72
Pert - PIS/COFINS	659.015,08	713.585,97
	<b>960.148,42</b>	<b>984.139,69</b>

## 8. Estoques

Os estoques classificados no circulante estão representados por material de almoxarifado, destinado a manutenção de rede de distribuição de energia elétrica.

Material	2018	2017
Outros Materiais	57.138,47	48.961,83
Chaves	7.716,59	247,56
Para-raios	5.526,22	251,40
Condutor	5.898,54	5.113,16
Luminárias	115,60	100,00
Postes	1.462,48	825,35
Isoladores	3.800,50	4.486,06
	<b>81.658,40</b>	<b>59.985,36</b>

## 9. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas estão representadas por despesas com prêmios de seguro a apropriar. Os seguros contratados se referem a frota de veículos e edificações, conforme detalhamento na nota 22.

## 10. Detalhamento de Outros Créditos

Contas	2018	2017
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		
Empregados	74.167,57	78.871,97
Fonecedores	39.910,56	76.340,58
Uso Mútuo de Estruturas	114.611,39	32.205,50
Serviços Prestados de Iluminação Pública em Curso	176.437,19	103.848,87
Outros Serviços em Curso	10.453,94	34.436,18
Títulos Val. Mobil. - Títulos Capitalização	130.000,00	140.000,00
Reembolso Fundo CDE	507.483,24	-
	<b>1.053.063,89</b>	<b>465.703,10</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
Outros Créditos - Cooperzem Geração	14.334.067,14	14.747.940,42
	<b>14.334.067,14</b>	<b>14.747.940,42</b>

## 11. Investimentos

Os investimentos estão representados pela participação no capital de outras sociedades cooperativas avaliados pelo custo.





**COOPERZEM**  
DISTRIBUIÇÃO

	2018	2017
CREDIVALE - SICOOB	13.302,77	13.052,77
CRESOL - Santo Amaro da Imperatriz - SC	734,00	734,00
CRESOL - Armazém - SC	200,00	200,00
	<b>14.236,77</b>	<b>13.986,77</b>

## 12. Ativo Imobilizado

### 12.1. Composição do Ativo Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Residual	
			2018	2017
Terrenos	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	68.126,83	33.486,12	34.640,71	36.909,34
Máquinas e Equipamentos	14.715.820,34	5.334.306,09	9.381.514,25	9.289.404,14
Veículos	1.040.407,84	587.855,76	452.552,08	522.246,96
Imobilizado em Curso	287.732,62	-	287.732,62	190.170,10
Almoxarifado de Investimento	452.507,87	-	452.507,87	403.406,50
Móveis e Utensílios	46.293,84	11.172,28	35.121,56	35.571,43
	<b>16.620.889,34</b>	<b>5.966.820,25</b>	<b>10.654.069,09</b>	<b>10.487.708,47</b>

### 12.2. Detalhamento do Almoxarifado de investimento

Material	2018	2017
Estruturas	38.064,59	50.224,88
Transformadores	93.689,31	88.501,16
Condutores	72.433,20	69.760,55
Medidores	6.407,41	2.484,12
Outros Materiais	241.913,36	192.435,79
	<b>452.507,87</b>	<b>403.406,50</b>



**COOPERZEM**  
DISTRIBUIÇÃO

### 12.3. Movimentação das Contas do Ativo Imobilizado

	Saldo Inicial	(+) Adições	(-) Baixas	Saldo Atual
<b><u>Custo de Aquisição</u></b>				
Terrenos	10.000,00	-	-	10.000,00
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	68.126,83	-	-	68.126,83
Máquinas e Equipamentos	14.167.948,99	772.324,89	224.453,54	14.715.820,34
Veículos	994.284,22	46.123,62	-	1.040.407,84
Móveis e Utensílios	43.353,84	2.940,00	-	46.293,84
Imobilizado em Curso	177.910,25	973.579,79	885.055,80	266.434,24
Almoarifado de Investimento	403.406,50	755.184,83	706.083,46	452.507,87
Adiantamento a Fornecedores	12.259,85	9.038,53	-	21.298,38
	<b>15.877.290,48</b>	<b>2.559.191,66</b>	<b>1.815.592,80</b>	<b>16.620.889,34</b>
<b><u>Depreciação Acumulada</u></b>				
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	- 31.217,49	- 2.268,63	-	- 33.486,12
Máquinas e Equipamentos	- 4.878.544,85	- 562.370,55	106.609,31	- 5.334.306,09
Veículos	- 472.037,26	- 115.818,50	-	- 587.855,76
Móveis e Utensílios	- 7.782,41	- 3.389,87	-	- 11.172,28
	<b>- 5.389.582,01</b>	<b>- 683.847,55</b>	<b>106.609,31</b>	<b>- 5.966.820,25</b>
<b>Residual em 31/12/2018</b>	<b>10.487.708,47</b>	<b>1.875.344,11</b>	<b>- 1.708.983,49</b>	<b>10.654.069,09</b>

### 13. Fornecedores

	2018	2017
<b><u>Circulante</u></b>		
<b><u>Fornecedores de Energia Elétrica</u></b>		
CELESC Distribuição S/A	16.502.278,08	16.597.353,89
<b><u>Fornecedores de Materiais</u></b>	306.953,92	296.036,29
<b><u>Fornecedores de Serviços</u></b>	13.327,31	27.232,33
	<b>16.822.559,31</b>	<b>16.920.622,51</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>		
<b><u>Fornecedores de Energia Elétrica</u></b>	-	-
	<b>16.822.559,31</b>	<b>16.920.622,51</b>

### 14. Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas

O saldo de folha de pagamentos e provisões trabalhistas está registrado pelo valor líquido das retenções de tributos sobre a folha de pagamento de dezembro, com vencimento em janeiro e provisão de remuneração de férias a pagar a empregados, acrescida dos respectivos encargos sociais.



**COOPERZEM**  
DISTRIBUIÇÃO

	2018	2017
Provisão de Férias e Encargos Sociais	571.138,49	405.444,78
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	72.736,45	62.279,40
Consignações em Favor de Terceiros	7.131,29	3.638,86
	<b>651.006,23</b>	<b>471.363,04</b>

### 15. Empréstimos e Financiamentos

Contas	Modalidade	Encargos	Vencimento	Total	
				2018	2017
<b>Circulante</b>					
Crédavale - CCB 252356	Giro	2,30% a. m.	10/12/2019	217.566,00	217.566,00
BRDE - Contrato 2.21076.30.3	FINAME Equipamentos Nacionais	4,50% a.a	15/12/2019	14.817,20	14.820,83
BRDE - Contrato 2.21250.01.0	Investimentos Fixos	4,90% a.a + TJLP	15/02/2020	77.069,10	65.642,98
Banco Itaú - Finame 201.367.888/00	FINAME Veiculos PJ	3,00% a.a	16/04/2018	-	4.350,84
Bradesco - Capital de Giro 009.891.949	Giro	32,61% a.a	31/12/2018	-	255.258,75
Banco Itaú - Capital de Giro 028705293-0	Giro	27,12% a.a	26/02/2018	-	40.145,00
BRDE - Contrato 2.32527.88.8	Investimentos Fixos	Variável	15/01/2019	66.444,00	99.803,11
Banco Itaú - Capital de Giro 1098047853	Giro	40,92% a.a	19/02/2018	-	6.817,67
Bradesco - Capital de Giro 011.602.372	Giro	24,01669 a.a.	23/08/2021	311.865,09	-
				<b>687.761,39</b>	<b>704.405,18</b>
<b>Não Circulante</b>					
Crédavale - CCB 252356	Giro	2,30% a. m.	10/12/2019	-	217.566,00
BRDE - Contrato 2.21076.30.3	FINAME Equipamentos Nacionais	4,50% a.a	15/12/2019	-	14.820,83
BRDE - Contrato 2.21250.01.0	Investimentos Fixos	4,90% a.a + TJLP	15/02/2020	-	76.583,47
Bradesco - Capital de Giro 009.891.949	Giro	32,61% a.a	31/12/2018	-	42.543,16
BRDE - Contrato 2.32527.88.8	Investimentos Fixos	Variável	15/01/2019	-	8.316,92
Bradesco - Capital de Giro 011.602.372	Giro	24,01669 a.a.	23/08/2021	391.518,13	-
				<b>391.518,13</b>	<b>359.830,38</b>

### 16. Outras Contas a Pagar

Contas	2018	2017
<b>a) Circulante</b>		
Convênios de Arrecadação	1.633.050,44	59.765,40
Outras Obrigações	10.701,33	20.963,74
Recebimentos em Duplicidade	1.577,67	2.219,20
Juros Eletrobrás	4.849,75	4.849,75
Microgeração	3.862,21	1.837,14
	<b>1.654.041,40</b>	<b>89.635,23</b>
<b>Não Circulante</b>		
Participação Financeira do Consumidor	155.782,76	34.124,79

## 17. Provisões Ativas e Passivos Contingentes

### 17.1. Passivos Contingentes

#### 17.1.1. Litígio na Área Fiscal Tributária – PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo Não Reconhecido – Notificação Fiscal

As Leis n.ºs 9.715/98 e 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de n.º 2158-35/2001, pelas Leis n.ºs 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.676 de 22 de maio de 2003 e 10.684 de 30 de maio de 2003, implementadas com a Instrução Normativa – IN n.º 145 da Secretaria da Receita Federal – SRF de 09 de dezembro de 1999, IN n.º 247 de 21 de novembro de 2002, e IN n.º 358 de 9 de setembro de 2003, estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento a partir de 01 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999. Em 24 de março de 2006 foi editada a IN – SRF n.º 635 dispondo sobre a contribuição ao PIS e da COFINS, cumulativas e não-cumulativas devidas pelas cooperativas em geral.

Com o advento da Lei n.º 10.684, houve grande evolução no entendimento da não incidência da contribuição para o PIS e da COFINS sobre o ato cooperativo, notadamente quando determinou, em seu Art. 17, a exclusão dos *valores dos serviços prestados pelas cooperativas de eletrificação rural a seus associados* da base de cálculo do tributo. Com isso a administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de contribuição ao PIS e da COFINS.

Através de ação fiscalizadora, concluída em 22 de novembro de 2006, a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração, protocolado em 07 de dezembro de 2006, por suposta falta de recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS no período de setembro de 2001 a junho de 2006. O procedimento fiscal tomou como base de cálculo a totalidade das receitas, excluindo os gastos com geração e distribuição de energia elétrica e a parcela das sobras destinada aos fundos legais.

Em 20 de dezembro de 2006 a cooperativa interpôs defesa administrativa argumentando a não incidência de tributo sobre o ato cooperativo. Mesmo discordante, a cooperativa destacou ainda em sua defesa a ausência de exclusão, da base de cálculo utilizada pela autoridade fiscal, dos valores correspondentes aos demais gastos, inclusive financeiros, a serviço do associado, bem como a integralidade das sobras.

Diante do auto de infração, a cooperativa reconheceu como **provável** sua materialização e seus efeitos contabilizados mediante provisão, utilizando como valor, o cálculo da autoridade fiscalizadora ajustado pelas exclusões não computadas e argumentadas na defesa.

Em julgamento proferido em novembro de 2014 o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade em favor da incidência do PIS/COFINS sobre as receitas das cooperativas de serviços médicos e de profissionais liberais, decisão que poderá influenciar o entendimento da administração sobre a

incidência dos tributos sobre as receitas da cooperativa.

Com o advento da intimação para pagamento dos débitos notificados relativos ao período de 01/09/2001 a 30/06/2006, a administração da cooperativa, embora discordante, passou a calcular e recolher os tributos de acordo com as exigências da Secretaria da Receita Federal do Brasil a partir da competência novembro de 2014.

Em agosto de 2017 a cooperativa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, implicando na desistência da discussão do mérito da demanda. A obrigação foi consolidada mediante a opção de pagamento de uma entrada e o restante em outras 145 mensalidades. A cooperativa obteve benefício de redução de 80% no valor dos juros e 40% de redução no valor das multas para o montante parcelado.

Com a adesão ao PERT o valor da provisão foi levado ao resultado do exercício.

### 17.1.2. Demais Litígios

A COOPERZEM Distribuição é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

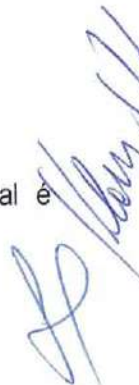
A natureza das contingências pode ser resumida como segue:

Tipo da ação	Área	Valor	Obrigação Reconhecida Contabilmente	Prognóstico de Perda	Situação Resumida
Ação Declaratória de Débitos - Autos nº: 0300829-48.2015.8.24.0159	Civil	64.566,70	Não	Possível	Em 19 de fevereiro de 2019, houve a penhora eletrônica no valor de R\$ 64.566,70, em uma das contas de titularidade da Cooperativa junto a Caixa Econômica Federal
Ação indenização danos morais e materiais - Autos nº: 0300237-	Civil	9.227,59	Não	Possível	Concluído para decisão de saneamento.
Ação regressiva - Bradesco Seguros e Previdência S/A - Autos nº: 0301032-	Civil	5.146,11	Não	Possível	Aguardando despacho saneador.
Ação regressiva - Tokio Marine Brasil Seguradora S/A - Autos nº: 0300813-	Civil	11.488,86	Não	Possível	Concluído para sentença.
Ação de obrigação de fazer - DEINFRA/SC - Autos nº: 0300188-	Civil	2.500,00	Não	Possível	Concluído para sentença.
Ação Declaratória de Inexistência de Débito - Autos nº: 0300807-	Civil	21.255,86	Não	Possível	Concluído para sentença.
Execução de Título Extrajudicial - Celesco Distribuição S.A - Agência Tubarão - Autos nº: 0300485-17.2018.8.24.0159	Civil	8.304.409,05	Sim	Provável	Em 05 de novembro de 2018 os Executados apresentaram Embargos à Execução (autos nº: 0300935-05.2018.8.24.0159), os quais encontram-se conclusos para sentença.
Cobrança - Celesco Distribuição S.A - Agência Tubarão - Autos nº: 0300485-	Civil	6.358.686,41	Sim	Provável	Aguardando decisão de saneamento.
Trabalhista - Autos nº: 0001301-48.2017.5.12.0059	Trabalhista	30.000,00	Não	Possível	Concluído para sentença.
Trabalhista - SIND DOS TRAB NA IND DE ENER ELET DO SUL DO EST DE SC - Autos nº: 0000920-94.2017.5.12.0041	Trabalhista	20.000,00	Não	Possível	Atualmente os autos encontram-se no Tribunal Regional do Trabalho aguardando a decisão para o recurso.
Trabalhista - Autos nº: 0001499-84.2016.5.12.0006	Trabalhista	20.000,00	Não	Possível	Houve interposição de recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho e os autos aguardam o julgamento.
Trabalhista - Autos nº: 0001526-59.2016.5.12.0041	Trabalhista	20.000,00	Não	Possível	Houve intimação para o perito responder alguns quesitos complementares, de modo que, os autos encontram-se aguardando o retorno do expert para seguir em conclusos a prolação da sentença.
		<b>14.867.282,60</b>			

## 18. Patrimônio Líquido

### 18.1. Capital Social

18.1.1. Movimentação - De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é





movimentada nas seguintes hipóteses:

- a) Na admissão do associado, pela subscrição do valor das quotas–partes fixado no estatuto social;
- b) Pela subscrição de novas quotas–partes;
- c) Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- d) Pela retirada do associado, por demissão, eliminação ou exclusão.

### **18.1.2. Composição**

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 8.689 (oito mil seiscentos e oitenta e nove) associados em 31 de dezembro de 2018 – em 2017 eram 8.625 (oito mil seiscentos e vinte e cinco) associados.

## **18.2. Reservas de Sobras – Natureza e Finalidade das Reservas**

**18.2.1. Reserva Legal:** de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

**18.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social:** de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

**18.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria:** é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

### **18.3. Sobras ou Perdas a Disposição da Assembleia Geral Ordinária**

São as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas às suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir:



	2018	2017
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>3.136.148,77</b>	<b>648.713,21</b>
Lucro Líquido do Exercício	452.081,37	282.358,88
Sobra Líquida do Exercício	2.684.067,40	366.354,33
<b>(-) Destinações Estatutárias</b>	<b>1.794.115,07</b>	<b>465.536,05</b>
<u>FATES</u>	586.284,74	300.676,60
* 100% do Lucro Líquido (Art. 60º)	452.081,37	282.358,88
* 5% das Sobras Líquidas (Letra b do Art. 46º)	134.203,37	18.317,72
Reserva - 10% das Sobras Líquidas (Letra a do Art. 46º)	268.406,74	36.635,43
Reserva de Manut, Ampliação e Melhoria - 35% das Sobras Líquidas (Letra c do Art. 46º)	939.423,59	128.224,02
<b>(+) Reversão de Reservas</b>	<b>257.204,34</b>	<b>3.901.259,18</b>
Total das Destinações Estatutárias	1.794.115,07	465.536,05
Realização Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	171.423,72	3.821.429,67
Utilização de Reservas (FATES)	85.780,62	79.829,51
<b>(=) Sobras Líquidas a Disposição da AGO</b>	<b>1.599.238,04</b>	<b>4.084.436,35</b>

## 19. Dispêndios, Custos e Despesas

	2018	2017
<b>a) <u>Dispêndio e Custo de Operação - Sistema de Distribuição</u></b>		
Pessoal	2.900.586,20	3.333.972,48
Serviços de Terceiros	156.869,35	215.568,06
Material	700.850,42	609.394,29
Depreciação e Amortização	664.336,75	627.372,59
Outros Dispêndios Despesas	217.405,24	152.357,50
	<b>4.640.047,96</b>	<b>4.938.664,92</b>
<b>b) <u>Dispêndios e Despesas Gerais e Administrativas</u></b>		
Pessoal e Administradores	964.962,22	893.376,47
Material	50.202,33	53.307,49
Serviços de Terceiros	699.560,08	742.020,15
Depreciação e Amortização	19.466,50	19.551,60
Outros Dispêndios Despesas	358.608,80	362.161,74
	<b>2.092.799,93</b>	<b>2.070.417,45</b>

## 20. Outros Ingressos e Receitas e Dispêndios e Despesas Líquidas

Descrição	2018	2017
<b><u>Outros Ingressos e Receitas</u></b>		
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	180.999,41	0,00
	<b>180.999,41</b>	<b>0,00</b>
<b><u>Outros Dispendios e Despesas</u></b>		
Perdas na Desativação de Bens e Direitos	7.391,55	5.078,65
Perdas na Alienação de Bens e Direitos	779,28	-
Outras Perdas em Inventários	9,74	45.427,66
	<b>8.180,57</b>	<b>50.506,31</b>

## 21. Demonstrativo de Resultado para Efeito de Incidência de Tributos

Demonstração de Resultado por Ato Cooperativo e Não Cooperativo - 2018			
Contas	Operações com		Total
	Associados	Não Associados	
<b>1 - Receita Operacional Bruta</b>	<b>24.761.440,78</b>	<b>4.791.730,21</b>	<b>29.553.170,99</b>
<b>2 - Deduções da Receita Bruta</b>	<b>5.564.416,07</b>	<b>1.022.107,21</b>	<b>6.586.523,28</b>
2.1 - Impostos e Contrib. Sobre a Receita	5.564.416,07	1.022.107,21	6.586.523,28
<b>3 - Receita Operacional Líquida (1-2)</b>	<b>19.197.024,71</b>	<b>3.769.623,00</b>	<b>22.966.647,71</b>
<b>4 - Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>	<b>14.737.371,86</b>	<b>2.802.429,70</b>	<b>17.539.801,56</b>
<b>5 - (=) Resultado Operacional Bruto</b>	<b>4.459.652,85</b>	<b>967.193,30</b>	<b>5.426.846,15</b>
<b>6 - Despesas Operacionais</b>	<b>1.769.855,14</b>	<b>320.286,03</b>	<b>2.090.141,17</b>
6.1 - Despesas com Vendas	36.754,05	6.989,08	43.743,13
6.2 - Despesas Gerais e Administrativas	1.755.718,65	337.081,28	2.092.799,93
6.3 - Despesas Financeiras Líquidas	50.890,54	9.806,17	41.084,37
6.4 - Outras Despesa/(-)Receitas Operacionais	5.730,31	1.089,66	6.819,97
<b>7 - Result. Liq. Exerc. Antes Tributação (5-6+7)</b>	<b>2.684.067,40</b>	<b>645.817,61</b>	<b>3.329.885,01</b>
<b>8 - Tributos Incidentes Sobre o Resultado</b>	-	<b>193.736,24</b>	<b>193.736,24</b>
8.1 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	136.100,18	136.100,18
8.2 - Contribuição Social s/Lucro Líquido - CSLL	-	57.636,06	57.636,06
<b>9 - Resultado Líquido do Exercício (7-8)</b>	<b>2.684.067,40</b>	<b>452.081,37</b>	<b>3.136.148,77</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício em 2017</b>	<b>366.354,33</b>	<b>282.358,88</b>	<b>648.713,21</b>

## 22. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo equipamentos, prédio e conteúdo e a frota de veículos da entidade conforme descrito a seguir:



## COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO

Descrição	Seguradora	Categoria	Placa	Valor Prêmio	Valor Danos Segurados		
					Materiais	Pessoais	Casco
Caminhão MB L 1718	ITAÚ Seguro	Carga	IJX 5640	997,99	100.000,00	120.000,00	
Caminhonete Toyota	ITAÚ Seguro	Carga	LYW 2102	654,60	100.000,00	120.000,00	
Ford F4000 4x4	ITAÚ Seguro	Carga	GZV 4554	776,98	100.000,00	120.000,00	
Mahindra Pik-Up CS 2.2 4x4 (diesel) Mec c/ Cesto	ITAÚ Seguro	Carga	MMF 7414	695,24	100.000,00	120.000,00	
Mahindra Pik-Up CS 2.2 4x4 (diesel) Mec	ITAÚ Seguro	Carga	ITT 2791	695,24	100.000,00	120.000,00	
Mahindra Pik-Up CS 2.2 4x4 (diesel) Mec	ITAÚ Seguro	Carga	ITT 2792	695,24	100.000,00	120.000,00	
Mahindra Pik-Up CS 2.2 4x4 (diesel) Mec c/ Cesto	ITAÚ Seguro	Carga	QHG 8003	695,24	100.000,00	120.000,00	
Fiat Strada Working 1,4 MPI Fire Flex 8V CD 3P	ITAÚ Seguro	Carga	OKE 7408	570,85	100.000,00	120.000,00	
Fiat Strada Working 1,4 MPI Fire Flex 8V CE	ITAÚ Seguro	Carga	QHP6482	570,85	100.000,00	120.000,00	
Fiat Strada Working 1,4 MPI Fire Flex 8V CS	ITAÚ Seguro	Carga	MMF 6979	570,85	100.000,00	120.000,00	
Fiat Strada Working 1,4 MPI Fire Flex 8V CE	ITAÚ Seguro	Carga	QHP2194	570,85	100.000,00	120.000,00	
VW Gol Trendline 1.6 T. Flex 8v 5p	ITAÚ Seguro	Passageio	QIX5131	3.389,83	100.000,00	120.000,00	100,00% FIPE
VW 15.180E Constellation 2P (Diesel)	ITAÚ Seguro	Carga	MHL 3849	997,99	100.000,00	120.000,00	
Predio e Conteúdo (Escritório Sede)	Sompo Empresarial			2.083,05	750.000,00	-	
Equipamentos de Man. Redes Elétricas	Porto Seguro			1.248,38	70.000,00		
				<b>15.213,18</b>	<b>2.120.000,00</b>	<b>1.560.000,00</b>	


### 23. Excesso de Passivos de Curto Prazo

A cooperativa apresenta excesso de passivos de curto prazo, necessitando de novos aportes de recursos ou alongamento dos prazos de suas obrigações junto a fornecedores.

A administração da cooperativa vem buscando uma solução para o alongamento das obrigações, incluindo a renegociação de parcelamento junto a fornecedores.

Armazém, 31 de dezembro de 2018.

  
Klaus Jorg Christoph Stortz  
Presidente  
CPF 898.722.159-87

  
Márcio Rodrigues  
Contador  
CRC - SC 024.440/O - 0



**COOPERZEM**  
DISTRIBUIÇÃO

### 3 - PARECER DO CONSELHO FISCAL



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados:


Em cumprimento às determinações estatutárias com o mandato que nos foi conferido, declaramos que procedemos um minucioso exame dos documentos, estado de caixa, contas bancárias, contabilidade, balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício da Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica relativos ao exercício de 2018.

Com base nas reuniões regulamentares de nossa gestão durante as quais tomamos conhecimento de todos os negócios da Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica, e tendo encontrado tudo em ordem conforme determina o estatuto social, e em vista da realização da Assembléia Geral Ordinária. Estamos emitindo o PARECER FAVORÁVEL no sentido de que sejam aprovadas pela Assembléia Geral as contas do ano de 2018 por estar tudo em perfeita ordem.

Encaminhe-se o presente parecer a Assembleia Geral Ordinária para apreciação.

Armazém-SC em 14 de março de 2019

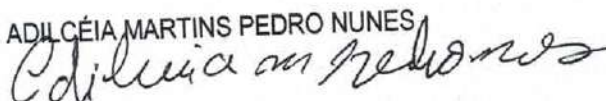
  
CLEITON SEHNEN

  
RENATO PAULO WEBER

  
ANDRESA VIEIRA MACHADO DA SILVA

  
JUAREZ NAZÁRIO CARDOSO

ADILCÉIA MARTINS PEDRO NUNES





**COOPERZEM**  
DISTRIBUIÇÃO

#### 4 - PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

**AUDICONSULT**  
**AUDICONSULT Auditores S/S**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da  
**COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA -  
COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO**  
Armazém - SC

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

Chamamos atenção para a Nota Explicativa "23" às demonstrações contábeis, que indica para o excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, em valor de R\$ 13.264.678,43, em 2018, podendo comprometer a capacidade de pagamento da cooperativa, caso não sejam concretizadas as tratativas da administração no alongamento no prazo do pagamento das obrigações de curto prazo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.



**AUDICONSULT**  
**AUDICONSULT Auditores S/S**

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

**AUDICONSULT**  
**AUDICONSULT Auditores S/S**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 22 de março de 2019.



---

**Hermenegildo João Vanoni**  
Sócio Responsável - Contador - CRC-SC 14.874/O-7

**AUDICONSULT Auditores S/S**  
CRC-SC 4.012



**COOPERZEM**  
DISTRIBUIÇÃO

PAGINA EM BRANCO